

# Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO XI- Nº 84 - DEZEMBRO DE 2023

 @adufgsindicato

## CAMPANHA SALARIAL

Páginas 8 e 9



# REAJUSTE NÃO É FAVOR, É DIREITO!

**Perdas salariais já ultrapassam 35% na carreira docente. Movimento sindical intensifica mobilização para conseguir recomposição**

### COTAS

REVISÃO DA LEGISLAÇÃO INCLUI QUILOMBOLAS E REDUZ RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Página 6

### CELEBRAÇÃO

ADUFG-SINDICATO COMPLETA 45 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

Páginas 10 e 11

### JURÍDICO

JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇAS INDEVIDAS SOBRE PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

Página 13

### TRAJETÓRIA

CONHEÇA A HISTÓRIA DA PROFESSORA MARGARETH ARBUÉS

Página 16

**Prestação de contas****Maio de 2023**

<b>1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros</b>		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	391.005,03
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	3.288,10
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.286,57
1.4	Receitas Financeiras	34.895,13
1.5	Outras Receitas	11.118,55
1.6	Resgate de aplicações financeiras	3.926,94
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	118,79
<b>Total R\$</b>		<b>445.401,53</b>

<b>2 Custos e Despesas Operacionais</b>		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	103.971,53
2.1.2	Encargos Sociais	46.027,61
2.1.3	Seguro de Vida	691,93
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.365,97
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	5.505,95
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.119,42
<b>Total R\$</b>		<b>159.441,15</b>

<b>2.2 Serviços Prestados por Terceiros</b>		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.857,34
2.2.2	Despesas com Correios	400,00
2.2.3	Energia Elétrica	1.488,51
2.2.4	Honorários Advocáticos	12.925,67
2.2.5	Honorários Contábeis	5.250,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	320,00
2.2.7	Serviços Gráficos	0,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.561,34
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	614,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	599,24
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.356,87
2.2.13	Serviços de Informática	3.345,44
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	2.727,27
2.2.15	Água e Esgoto	728,17
<b>Total R\$</b>		<b>37.174,02</b>

<b>2.3 Despesas Gerais</b>		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.341,66
2.3.2	Despesas com Táxi	307,14
2.3.3	Despesas com Coral	5.008,01
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	1.155,95
2.3.5	Diárias de Viagens	18.309,95
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.494,35
2.3.7	Lanches e Refeições	2.279,64
2.3.8	Sextart	10.326,07
2.3.9	Patrocínios e Doações	26.358,79
2.3.10	Manutenção de Veículos	989,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	1.447,35
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	4.645,80
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	4.858,88
2.3.16	Hospedagens Hotéis	6.567,35
2.3.17	Material de expediente	976,48
2.3.18	Outras despesas diversas	2.841,93
2.3.19	Manutenção e Conservação	8.178,88
2.3.20	Homenagens e Condecorações	280,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.882,45
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.362,89
2.3.22	Despesas com Sede Cidade de Goiás	2.653,23
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart Sd. Adm. Jataí	1.750,00
2.3.25	Sabadart Sd. Adm. Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	840,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	6.934,75
<b>Total R\$</b>		<b>122.790,55</b>

<b>2.4 Despesas Tributárias</b>		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.722,98
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	665,21
<b>Total R\$</b>		<b>5.388,19</b>

<b>2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições</b>		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	15.601,28
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	25.725,63
<b>Total R\$</b>		<b>46.174,91</b>

<b>Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$</b>	<b>370.968,82</b>
<b>3 Resultado do exercício 02.2023 (1-2)</b>	<b>74.432,71</b>

<b>4 Atividades de Investimentos</b>		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	6.482,34
4.1.5	Computadores e Periféricos	16.061,80
4.1.6	Outras Imobilizações	6.000,00
<b>Total R\$</b>		<b>28.544,14</b>

<b>4.2 Intangível</b>		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

<b>4.3 Aplicações Financeiras</b>		
4.3.1	Aplicação	180.060,00
<b>Total R\$</b>		<b>180.060,00</b>

<b>Total Geral dos Investimentos R\$</b>	<b>208.604,14</b>
<b>5 Resultado Geral do exercício 05.2023 (3-4)</b>	<b>-134.171,43</b>

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em [www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br).

**EDITORIAL****SINDICATO VIVO E ATUANTE NA DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE**

Prezado(a) leitor(a), no mês em que celebra 45 anos de história, o Adufg-Sindicato reafirma seu papel de defensor permanente dos direitos da categoria docente. A entidade tem um papel fundamental na luta por melhores condições de trabalho e por uma educação cada vez mais inclusiva.

Os últimos seis anos foram difíceis em razão de dois governos que trataram a educação e os serviços públicos como inimigos. Em 2023, a chegada do novo governo trouxe consigo a retomada do diálogo. Graças à mobilização do movimento sindical - da qual o Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação integraram de maneira ativa e atuante -, todos os servidores públicos federais conseguiram 9% de reajuste salarial.

No entanto, ainda há muito o que ser feito. Afinal, o índice não foi suficiente para suprir as perdas salariais acumuladas nos últimos anos. Para novos avanços em questões salariais e de melhores condições de trabalho, será preciso que a categoria docente esteja completamente engajada. É por meio dessa união que o Adufg-Sindicato estará nas trincheiras de luta e quer expandir suas ações. Isso continuará sendo construído de forma coletiva, ouvindo e debatendo junto a todos(as) os(as) filiados(as).

A edição 84 do Jornal do(a) Professor(a) traz, em sua matéria de capa, as últimas informações sobre a campanha salarial de 2024. Afinal, hoje, assim como ontem, o movimento sindical permanece pressionando pelo maior reajuste possível. No entanto, até o momento, ainda não há uma sinalização positiva por parte do governo. A publicação apresenta, ainda, uma reportagem especial sobre as principais conquistas do Adufg-Sindicato em mais de quatro décadas de história. Também estão disponíveis notícias das universidades federais goianas, artigos de opinião e outros conteúdos.

Boa leitura!

**Redação:** (62) 3202-1280

[jornaldoprofessor.adufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessor.adufg@gmail.com)



20ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Geci Silva**  
Diretor Presidente

**Luciene Dias**  
1ª Vice-presidenta

**Luís Contim**  
2º Vice-presidente

**Ricardo Moura**  
3º Vice-presidente

**Gláucia Carielo**  
Diretora secretária

**Tatiana Fiuza**  
Diretora de Comunicação, Promoções  
Sociais, Culturais e Científicas

**Flávio Silva**  
Diretor Administrativo

**Maria José Pereira**  
Diretora de Assuntos  
Educação e de Carreira

**Romualdo Pessoa**  
Diretor Financeiro

**André Geyer**  
Diretor de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Ana Kratz**  
Diretora de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Geovana Reis**  
Diretora de Relações  
Interinstitucionais

**Jornal do(a) Professor(a)**

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

**ANO XI - Nº 84**

**DEZEMBRO DE 2023**

Professor Juarez Ferraz de Maia  
**Idealizador do projeto**

Cleomar Nogueira  
**Projeto gráfico original**

Rafael Vaz  
**Editor responsável**

Guilherme de Andrade  
**Reportagem**

Yasmin Ramos  
**Reportagem**

**Fotografias:** Nilma Ayumi

**Diagramação:** Raphael Dourado

**Data de fechamento:** 05/12/2023

**Tiragem:** 2500 exemplares

**Impressão:** Stylo Gráfica

[jornaldoprofessor.adufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessor.adufg@gmail.com)

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -  
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

**Acompanhe nossas redes sociais:**  
@adufgsindicato

**[www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br)**

## CÂNCER DO COLO DO ÚTERO É PREVENÍVEL, TRATÁVEL E CURÁVEL



Leonarda Silvestre, Nadja Alves de Souza, Cinara Zago, Rita Goreti, Suelene Brito, Shirlene Costa e Juliana Cristina Magalhães

O câncer do colo do útero (CCU) é um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. É uma doença de desenvolvimento lento, que pode cursar sem sintomas na fase inicial. No entanto, se detectado e tratado nesta fase, apresenta bom prognóstico e é curável.

No Brasil, excluídos os tumores de pele do tipo não melanoma, o CCU é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres. Para o ano de 2023 foram estimados 17.010 casos novos, o que representa uma taxa ajustada de incidência de 13,25 casos a cada 100 mil mulheres. É o segundo mais incidente nas regiões Norte (20,48) e Nordeste (17,59) e o terceiro na Centro-Oeste (16,66). Na região Sul (14,55) ocupa a quarta posição e, na Sudeste (12,93), a quinta posição (INCA, 2022).

O CCU é causado pelo Papilomavírus humano (HPV), sendo, passível de prevenção primária por meio da vacinação. O Ministério da Saúde disponibiliza, por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI) a vacina tetravalente contra os HPV 6, 11, 16 e 18. Atualmente, a vacina é disponibilizada para meninos e meninas na faixa etária entre 9 e 14 anos, bem como para grupos de indivíduos com condições especiais.

O exame citopatológico é o método de rastreamento utilizado no Brasil, e atualmente a população alvo são mulheres com 25 a 64 anos, que devem realizar o exame uma vez a cada três anos, após dois exames anuais consecutivos negativos (INCA, 2016). Essas recomendações visam garantir o balanço favorável entre riscos e benefícios do rastreamento.

Em 2006 foi publicado o Pacto pela Saúde (Port. 287/2006), que estabelece os indicadores e metas de exames e tratamentos para o CCU. Neste mesmo ano, foi revisada a Nomenclatura Brasileira e Conduta Clínica para o rastreamento do CCU. Em 2010 foi publicado o Plano de Ação para a redução da incidência e mortalidade do CCU para o aperfeiçoamento técnico e operacional do programa, dentre eles, a garantia de qualidade do exame citopatológico visando reestruturar e implantar o Programa de Monitoramento Interno e Externo da Qualidade

dos Exames Citopatológicos (MIQ e MEQ) nos laboratórios que realizam o exame citopatológico para o SUS. A prática do MIQ e do MEQ tem como objetivo reduzir o número de resultados falso-negativos e retardos de condutas relacionados ao exame.

Com objetivo de orientar os profissionais habilitados no exercício da citopatologia, a equipe do Laboratório de Monitoramento Externo da Qualidade da Faculdade de Farmácia (Labmeq/FF), coordenado pela Profa. Rita Goreti Amaral, em parceria com INCA/MS e demais sociedades científicas, elaboraram o Manual de Gestão de qualidade (INCA, 2016) e a Port. 3388/2013 (Qualicito) para laboratórios públicos e privados credenciados pelo SUS para melhoria da qualidade do exame citopatológico.

A equipe do Labmeq/FF, colaborou, também, na elaboração das Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do CCU em consonância com as ações da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer para subsidiar os profissionais da saúde em suas práticas assistenciais e apoiar os gestores na tomada de decisões em relação à organização e estruturação das linhas de cuidados à mulher com CCU (INCA, 2016).

Diante dos protocolos estabelecidos pelo MS, perguntamos: “Se o CCU é prevenível, tratável e curável, por que sua taxa de mortalidade ainda é tão alta?”

Um dos grandes problemas que limitam o controle do CCU é que no Brasil o modelo de rastreamento é oportunístico, isto é, a mulher vai ao serviço de saúde por algum motivo e o profissional de saúde aproveita o momento para realizar a coleta do exame citopatológico do colo do útero. Enquanto no rastreamento organizado a realização do exame citopatológico segue protocolos pré-estabelecidos. Portanto, para a estruturação do rastreamento organizado, as ferramentas de informação, o modelo de financiamento e as práticas de convocação e registro de mulheres atualmente disponíveis no Brasil são insuficientes.

Além da baixa cobertura, os protocolos estabelecidos referentes à população alvo e a

periodicidade, não são obedecidos. E o mais agravante é que as mesmas mulheres fazem o exame anualmente, enquanto muitas mulheres realizaram o exame citopatológico há mais de quatro anos ou nunca o realizaram, e estas são as que apresentam maior risco para o desenvolvimento do CCU.

O exame citopatológico, mesmo sendo o método de rastreamento utilizado, de fácil acesso e baixo custo, disponível nas Unidades Básicas de Saúde é criticado devido aos resultados falso-negativos, falso-positivos e retardo de conduta.

Recentemente, o MS lançou a estratégia nacional para prevenção e eliminação do CCU no Brasil. Estão sendo realizadas pesquisas utilizando o teste molecular para detecção do HPV de alto risco oncogênico, sugerindo que este teste seja utilizado para o rastreamento do CCU e o exame citopatológico seria utilizado no segundo momento, como teste reflexo, para evidenciar mulheres HPV positivas com lesões precursoras.

Um estudo multicêntrico sobre autocoleta/teste de HPV em mulheres que não aderem ao exame citopatológico está sendo realizado nas cinco regiões Brasileiras em parceria com pesquisadora do Alabama (USA), e a equipe do Labmeq/FF está representando a região Centro-Oeste.

Este método se baseia na teoria de intervenção culturalmente relevante implementada por agentes comunitários de saúde (ACS) em visitas de casa em casa, onde a mulher é convidada e orientada a fazer o autoexame na própria casa. O teste de HPV é realizado na amostra, se for positivo serão realizados os exames citopatológico e colposcópico. Se houver evidência de lesão precursora do CCU a mulher é encaminhada para biópsia, seguimento e/ou tratamento.

Ainda são grandes os desafios e os questionamentos. Resolveria substituir o exame citopatológico pelo teste do HPV sem a implementação do rastreamento organizado? É preciso garantir um rastreamento eficaz, acesso ao tratamento das lesões precursoras e câncer, e aumentar a cobertura da vacina contra HPV.

“O EXAME CITOPATOLÓGICO É O MÉTODO DE RASTREAMENTO UTILIZADO NO BRASIL, E ATUALMENTE A POPULAÇÃO ALVO SÃO MULHERES COM 25 A 64 ANOS, QUE DEVEM REALIZAR O EXAME UMA VEZ A CADA TRÊS ANOS, APÓS DOIS EXAMES ANUAIS CONSECUTIVOS NEGATIVOS”



**Luiz Mello**

Professor Titular de Sociologia e Diretor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG

## MUDANÇAS NA LEI DE COTAS DA EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE NA UFG

Uma importante conquista dos movimentos sociais organizados, especialmente do Movimento Negro e de aliadas/os antirracistas, ocorreu em 13 de novembro passado: o Presidente Lula sancionou, sem vetos, a Lei n. 14.723, que altera a Lei n. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas na Educação. Com isso, fica assegurada a continuação da reserva de, no mínimo, 50% das vagas das instituições federais de ensino superior (IFES) para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Tal previsão legal passa a ser por prazo indeterminado, passível de avaliação a cada 10 anos e monitoramento anual. Sem dúvida, é uma grande conquista, mas vale lembrar que o mencionado mínimo de 50% tem sido usado como teto máximo da reserva de vagas para estudantes cotistas na maioria absoluta das IFES, incluída a UFG, ainda que hoje 85% das/os jovens no Brasil façam o ensino médio em escolas públicas.

Embora a Lei 12.711 já tenha 11 anos, é fundamental ressaltar algo que a maioria dos detratores das ações afirmativas insiste em ocultar ou negar: as cotas de acesso à educação superior não se destinam apenas a pessoas negras e indígenas ou de baixa renda, já que o percentual de reserva de 50% contempla também pessoas brancas, de qualquer renda ou com deficiência, desde que tenham cursado o ensino médio em escola pública. Entre outras novidades, a Lei 14.723 agora passou a incluir estudantes quilombolas, além de ter diminuído de 1,5 para um salário mínimo per capita familiar o parâmetro para a caracterização de baixa renda. Também merece destaque a previsão instituída pela Lei 14.723/2023 de que as/os estudantes ingressantes pela reserva de vagas, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, terão prioridade para o recebimento de assistência estudantil.

A Lei n. 12.771/2012, com as modificações aprovadas, passou também a prever que as IFES, no âmbito de sua autonomia, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretas/os, pardas/os, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. No caso dos cursos de mestrado e doutorado, os critérios relacionados à vulnerabilidade socioeconômica (escola de origem e renda) não são considerados prioritários, valorizando-se outros eixos de subalternidade, relacionados a pertencimento racial, étnico e deficiência, embora a lei não especifique até quando e como as IFES devem implementar as ações propostas.

Considerando a expressiva conquista que significou a aprovação da Lei n. 14.723/23, no caso específico da UFG gostaria

de ressaltar três aspectos importantes na luta pela ampliação da diversidade do perfil de estudantes de graduação e de pós-graduação e do corpo docente. Um primeiro aspecto é dizer que a UFG já realiza a mencionada previsão relativa à pós-graduação desde 2015, quando, pioneiramente entre as IFES, a partir de demanda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, passou a contar com resolução aprovada pelo Consuni, que reservava 20% das vagas de todos os cursos de pós-graduação

“ ENTRE OUTRAS NOVIDADES, A LEI 14.723 AGORA PASSOU A INCLUIR ESTUDANTES QUILOMBOLAS, ALÉM DE TER DIMINUÍDO DE 1,5 PARA UM SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA FAMILIAR O PARÂMETRO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE BAIXA RENDA. ”

*stricto sensu* para estudantes negras/os e indígenas. Essa resolução foi alterada em maio 2023, aumentando a reserva para 50% do total e o leque de segmentos sociais contemplados: além de negras/os e indígenas, essa ação afirmativa se estendeu também a quilombolas e demais integrantes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pessoas em situação de migração forçada, ciganos, mulheres mães e tutoras/es, pessoas trans, surdas/os e pessoas com deficiência.

No caso da graduação, desde 2009 a UFG possui o Programa UFGInclui, que, no formato atual, reserva uma vaga extra em cada curso de graduação para indígenas e outra para negras/os quilombolas, além de 15 vagas para pessoas surdas no curso de Letras Libras. Aqui vale o registro de que, em fins de setembro, foi encaminhado à Reitoria da UFG, à Pró-reitoria de Graduação e à Secretaria de Inclusão documento que sugere que o UFGInclui passe também a contemplar pessoas trans

(transexuais, travestis e transgêneros) e pessoas em situação de migração forçada, dois segmentos sociais tragicamente marcados pela violência, discriminação e exclusão dos espaços de educação formal, especialmente das universidades. Tal proposta é assinada por 20 Coletivos Acadêmicos e Núcleos de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFG, que atuam no âmbito de temáticas relativas à equidade racial, equidade de gênero, direitos humanos e ações afirmativas, entre os quais o Coletivo Xica Manicongo – Coletivo Trans & Travesti da UFG e o Ser-Tão, Núcleo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, do qual sou integrante.

Por fim, mas não menos importante, quero lembrar que a Lei n. 12.990/2014, que prevê reserva, para pessoas negras, de 20% das vagas de concursos públicos federais, deve ser objeto de discussão no Congresso Nacional em muito breve, haja vista que sua vigência de 10 anos termina em junho de 2024. Em relação às carreiras de técnico-administrativas/os, a aplicação dessa lei no âmbito da UFG não encontrou obstáculos. Todavia, no caso da carreira de professor de magistério superior, constata-se que, no período entre 09 de junho de 2014, quando da promulgação da lei, e 29 de maio de 2019, foram realizados concursos para 428 vagas para docentes, das quais apenas duas (0,47%) foram reservadas para pessoas negras. Apenas a partir do edital divulgado em 30 de maio de 2019 que a reserva de 20% passou a incidir sobre o total de vagas do edital, como determina a legislação, o que implicou que 12 das 59 vagas oferecidas nesta ocasião foram reservadas para candidatas/os negras/os. Ou seja, em um único edital, multiplicou-se por seis o total de vagas reservadas para candidatas/os negras/os previsto nos 12 editais anteriores. Nesse cenário, duas questões se colocam: 1) Que políticas de reparação a UFG poderia adotar para garantir que as vagas não reservadas para negras/os nos concursos anteriores a 30 de maio de 2019 sejam efetivamente destinadas ao grupo previsto na Lei n. 12.990? Como assegurar que o corpo docente da universidade deixe de ser quase absolutamente branco, considerando que negras/os representam 56% da população brasileira?

Sem dúvida, os desafios para garantir que as IFES sejam espaços democráticos e abertos à diversidade da sociedade brasileira são muitos. A aprovação da Lei n. 14.723 renova a esperança de que uma outra universidade é possível, ao mesmo tempo que nos lembra que ainda é necessário avançar para que outros grupos sociais subalternizados tenham acesso aos cursos de graduação e pós-graduação e que as mudanças desejadas alcancem também o perfil do corpo docente da UFG.



# Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente,  
Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Flávio Silva

## Novas instalações, velhos problemas

Inaugurado há menos de três meses, o Campus da UFG em Aparecida de Goiânia já é alvo de diversas reclamações. Segundo apurado junto a professores, estudantes e servidores do local, os elevadores têm estragado com frequência, o que dificulta consideravelmente o deslocamento pelo prédio de seis pavimentos. Conforme apurado junto à comunidade acadêmica, o novo campus enfrenta diversos problemas. As reclamações são de que faltam condições básicas de funcionamento.

## Absurdo

Além dos problemas de infraestrutura, o campus de Aparecida de Goiânia enfrenta outra questão: o local conta com apenas um restaurante para atender os mais de 600 estudantes de graduação, 65 docentes e 30 servidores. Há, ainda, a informação de que este único espaço de alimentação não tem funcionado todos os dias. Vale lembrar que o prédio fica localizado no bairro Fazenda Santo Antônio, longe de outros restaurantes, lanchonetes e demais estabelecimentos comerciais.

## Ambiente insalubre

Outras unidades da UFG também têm sofrido com questões de infraestrutura. Recentemente, o Adufg-Sindicato cobrou solução para problemas verificados em equipamentos do Centro de Aulas Aroeira, localizado no Campus Samambaia. O aparelho responsável pela circulação de ar, por exemplo, ficou por várias semanas estragado. A sala não conta com saída de ar, o que tornou inviável a permanência de pessoas no local, principalmente diante das altas temperaturas registradas nos últimos meses.

## Segurança

O Adufg-Sindicato também cobrou que a UFG resolvesse, de forma definitiva, os problemas de iluminação encontrados no Campus Samambaia. Diversos professores relataram que o caminho entre o Centro de Aulas até o estacionamento tem sido perigoso, principalmente no período noturno, uma vez que a



Foto: Nima Ayumi

*Altas temperaturas e equipamento estragado tornaram impossível a permanência de pessoas na sala dos professores do Centro de Aulas Aroeira*

iluminação do Restaurante Universitário (RU) não funciona. Procurada pela reportagem do Jornal do(a) Professor(a), a Secretaria de Comunicação da UFG informou que a instituição de ensino já havia aberto processo de licitação para execução do reparo de toda a parte externa. Segundo o órgão, o serviço deve ser iniciado ainda em 2023.

## Olha a chuva...

No Centro do Aulas D, o grande problema tem sido a chuva, ou melhor, a falta de estrutura física para enfrentar o período chuvoso. Diversas salas possuem goteiras e infiltrações, que têm causado transtornos. Resta saber até quando a UFG cumprirá seu papel de cuidar previamente da sua infraestrutura.

## Inimigo da educação

O governo Bolsonaro foi responsável pelos menores investimentos nas universidades federais brasileiras nos últimos 22 anos. Segundo dados do painel "Sou Ciência", da Universidade Federal de São Paulo, em 2021, as verbas destinadas a investimentos nas 69 instituições de ensino federais totalizaram R\$ 131,6 milhões – a menor

quantia anual investida desde o ano 2000. Em 2022, foram R\$ 188,7 milhões – o segundo menor montante de recursos. O terceiro ano com a menor quantidade de investimentos, a exemplo dos outros dois, também ocorreu durante a gestão Bolsonaro, no ano de 2019, quando foram investidos R\$ 194,6 milhões.

## Cotas

O número de ingressos na educação superior federal por meio de ações afirmativas aumentou 167% em dez anos. O salto se deve, em sua maior parte, à Lei de Cotas, promulgada em 2012. Naquele ano, mais de 40 mil alunos ingressaram em cursos de graduação em razão de políticas dessa natureza. Em 2022, segundo o Censo da Educação Superior, 108,6 mil estudantes usufruíram das cotas.

## Atualização

Vale lembrar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, em novembro, a nova legislação sobre cotas. A revisão garante a ampliação do rol de cotistas, bem como altera alguns critérios previstos. Entre as alterações que a nova legislação prevê, estão: a mudança do mecanismo de ingresso de cotis-

tas ao ensino superior federal, a redução da renda familiar para reservas de vagas e a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários das cotas. O texto sancionado também determina que a lei seja monitorada anualmente e avaliada a cada dez anos.

## Consciência Negra

O Adufg-Sindicato foi um dos parceiros da programação da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) em celebração ao Mês da Consciência Negra. Durante todo o mês de novembro, foram realizadas palestras, atividades culturais e outras ações de combate ao racismo.

## Racismo ainda persiste

Apesar dos 135 anos da lei que deu fim à escravidão, o racismo ainda continua presente nas estruturas sociais e institucionais do Brasil e permanece sendo manifestado pela falta de oportunidades para pessoas negras, por baixas remunerações, pelas tentativas de apagamento da cultura e da participação africana na construção da nação brasileira, entre outras formas de violência.

# LEI DE COTAS É ATUALIZADA APÓS 11 ANOS: NOVO TEXTO BUSCA SEGUIR AS MOVIMENTAÇÕES DO CENÁRIO SOCIAL

A REFORMULAÇÃO SE DESTACA PELA INCLUSÃO DE QUILOMBOLAS E A REDUÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE PARTICIPANTES DA RESERVA DE VAGAS

Yasmin Ramos

Uma política de equidade. É assim que a historiadora Ludmila Matias da Silva, egressa da Universidade Federal de Goiás (UFG), define a Lei de Cotas. “Sou cotista e, desde sempre, tive muitas dificuldades de concentração e nunca fiz tratamento por falta de condições financeiras. Graças às cotas, consegui resolver esse problema. Sem essa política, muita gente boa e empenhada ficaria fora da universidade”, avalia.

O Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, tem como premissa garantir igualdade de oportunidades e a defesa de direitos individuais e coletivos. No 9º artigo do dispositivo, é estabelecido o direito a participação em atividades educacionais e culturais, além de esportivas e de lazer, de forma a contribuir para o patrimônio cultural de comunidades e da sociedade brasileira. Sancionada em 2012, a Lei de Cotas nasceu a partir de lutas sociais para alcançar o direito constitucional de igualdade e oportunidade.

Onze anos depois, a legislação foi revisada e atualizada. A população autodeclarada parda, negra e indígena no Brasil, que juntas somam mais da metade da população – exatos 56,73%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – ocupam agora, com às classes C, D e E, 52% das vagas das universidades federais brasileiras, conforme levantamento de 2022 do Museu Afro-Brasil.

Com as políticas de acesso ao ensino superior sendo atestadas, a revisão da Lei de Cotas teve como objetivo atualizar acompanhando as novas demandas da sociedade. Segundo a professora Luciana Dias, da Secretaria de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (SIN-UFG), a revisão, importante

para aprimoramento do programa, configura uma ponte para atender demandas por permanência, diplomação e finalização do curso.

## O que foi atualizado

O texto anterior garantia 50% das vagas em universidades federais para pessoas que cursaram o ensino médio integralmente na rede pública. Dentro desse percentual, 25% se destinava aos estudantes com uma renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa, e 25% para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, contemplando a ocupação da população em cada estado.

Na reformulação, a renda familiar per capita foi reduzida para até um salário mínimo por pessoa. Além disso, os candidatos agora concorrem, inicialmente, às vagas de ampla concorrência. Caso não alcancem as notas nesta modalidade, concorrem às vagas reservadas pela Lei de Cotas.

Outro ponto de mudança se deu no preenchimento das vagas remanescentes. A legislação dizia que as reservas iriam diretamente para estudantes de escolas públicas, caso não fossem preenchidas. Agora, caso as vagas remanescentes de subcotas não sejam contempladas, outras modalidades de subcotas são priorizadas.

O texto ainda prevê que o cálculo de proporção das vagas direcionadas para cotas étnico-raciais em cada estado será atualizado a cada três anos, seguindo o resultado do Censo. Alunos cotistas também terão prioridade no recebimento de auxílio estudantil, assim como serão fomentadas políticas para sua inclusão em programas de pós-graduação.

A atualização também incluiu quilombolas oriundos de escolas públicas, antes

não inclusos no texto original, ao grupo apto ao direito da reserva de vagas. Para a professora Luciana, garantir a presença de quilombolas é aprimorar a própria universidade:

“Essas pessoas, quando chegam na universidade, trazem consigo todo um arcabouço cultural, todo um conhecimento, uma cosmologia, um modo de vida, de saberes e fazeres que entram na universidade, forçando as fronteiras epistêmicas da própria.”

## Permanência

Tendo em vista as inclusões que são efetivadas e as movimentações dos cenários sociais, a Lei de Cotas agora tem como missão trazer – e garantir a permanência – aos espaços da Universidade uma nova parcela de estudantes empobrecidos pelo cenário político-econômico dos últimos anos. A redução da renda familiar exigida atua, conforme a professora Luciana explica, buscando alternativas que sejam garantidoras do ingresso, permanência e da diplomação de estudantes que vêm das camadas mais empobrecidas da sociedade.

A permanência é a peça chave para os estudantes cotistas. Para além da matrícula, é necessário ter subsídios para alimentação, transporte, pesquisa e tudo o que a universidade pode oferecer.

Ludmila – citada no início dessa reportagem –, e tantos outros cotistas – conseguiram perpassar pela vida acadêmica com o auxílio de programas, como o Passe Livre Estudantil, bolsas de pesquisa e iniciação científica, e subsídio de alimentação. Ocupar espaços é garantir que as populações historicamente afastadas da Academia possam derrubar muros e se fazer presentes nos cursos de graduação, pós, na cultura, no lazer e na ciência.



A historiadora Ludmila Matias da Silva (24) ingressou no ensino superior graças a Lei de Cotas

# PARA ALÉM DA VIDA: DOAÇÃO DE CORPOS É UM PRESENTE SILENCIOSO DE ALTRUÍSMO E AMOR PELA CIÊNCIA

OS CADÁVERES SÃO PEÇA CHAVE PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE, PESQUISAS, ESTUDOS E AVANÇO DA CIÊNCIA, MAS A POSSIBILIDADE DA DOAÇÃO AINDA É POUCO CONHECIDA E DISSEMINADA PELA POPULAÇÃO

Yasmin Ramos

Você já imaginou que destino terá o seu corpo após a morte? Enquanto o enterro e a cremação são as opções mais instintivas, existe uma outra possibilidade ainda silenciosa, mas de grande valor para quem fica: a doação de corpos para a ciência. O Presentes Anatômicos ou Programa de Doação de Corpos (PDC), da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Amparado pela lei nº 10.406/2002, artigo 14, que autoriza a doação voluntária do próprio corpo em vida, e regulamentado pela Sociedade Brasileira de Anatomia, o Presentes Anatômicos se faz de grande importância em um contexto de escassez de material anatômico para estudo, em contraste ao surgimento de cada vez mais novos cursos da área da saúde, 340 deles só de medicina, como cita a professora Bárbara de Lima Lucas, uma das idealizadoras do programa e docente de Anatomia Humana na UFJ.

O “desespero e necessidade” pela difusão e visibilidade do programa é fundamentado na importância do corpo humano em suas espessuras, profundidades, dimensões e órgãos, ainda insubstituíveis na tecnologia atual, na formação de novos médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, psicólogos, educadores físicos e biólogos. Para além do ensino técnico da anatomia e prática de habilidades com o bisturi, o contato humano exercita outra ferramenta indispensável para esses profissionais: a empatia.

“No sentido ético, o aluno tem contato com o corpo falecido e isso trabalha muito a empatia. Poderia ser um ente querido. Essa pessoa foi um bebê, teve uma mãe, teve um ciclo de carinho e isso se mantém na formação do profissional”, salienta Bárbara.

## Todos acalentamos os mesmos sonhos

O site do programa, que de maneira simbólica também foi um projeto colaborativo, apresenta a “Oração ao Cadáver Desconhecido”, texto de Karl Rokistansky datado de 1876, comumente exposto em murais de laboratórios de anatomia como homenagem aos corpos que possibilitam o progresso da ciência e do exercício da reflexão para quem os estuda. A gratidão se estende.

A Cerimônia em Agradecimento aos Doadores, acontecida em agosto deste ano e organizada pela comunidade acadêmica da UFJ, foi o reconhecimento de todos que foram e serão embalados pela mesma fé, pela mesma saudade e pelo mesmo amor, e que decidiram doar o seu corpo para a ciência.

Pautados na transparência, os responsáveis pelo PDC fazem questão de frisar todos os pormenores da doação de corpo



Foto: Divulgação

*Os cadáveres doados permanecem em sigilo absoluto e ajudam na formação de inúmeros profissionais de saúde*

para estudo, como a legislação, documentos necessários, critérios e dúvidas frequentes. De forma simplificada, o interessado deve assinar e autenticar em cartório os termos disponíveis no site, e enviar os documentos para o e-mail e unidade do programa.

## União

O projeto possibilita uma outra – e mais altruísta – opção para quem pensa além da cremação ou enterro. Os aspectos culturais e religiosos, porém, costumam ser um grande ponto de curiosidade e conflito quanto ao programa. Se o Presentes Anatômicos necessita da coletividade para se fortalecer e movimentar, caminhos são traçados com o objetivo de levar informação de forma democrática e ampliada.

Em parceria com a Escola de Gestão e Eficiência Legislativa (EGEL) e a TV/Rádio Câmara da Câmara Municipal de Jataí, o PDC idealizou uma série sobre os aspectos religiosos e filosóficos da doação de corpos com representantes de diversas religiões, como o Espiritismo, Candomblé, Budismo, Catolicismo e outros, porém, Bárbara destaca que o

objetivo não é convencer:

“A doação do corpo para estudo não é para qualquer um. As pessoas às vezes têm aspectos culturais importantes na família: enterro, velório, questões de religião que direcionam essa escolha por velar, enterrar ou cremar. A ideia não é mudar a escolha de pessoas, mas levar informação àquelas que querem ser estudadas”.

A escolha deve ser contundente. Segundo Glender Ferreira, coordenador do PDC, se a família do doador optar por não seguir o protocolo após sua morte, o processo é encerrado. Se o próprio doador ainda em vida desistir, não há grandes complicações: “Não é nada engessado”.

Mas uma coisa é certa: em um panorama no qual apenas 41 programas de doação de corpos estão em funcionamento no país, é preciso seguir com responsabilidade, informação e cuidado. Um único corpo é capaz de beneficiar centenas de pacientes pela qualificação de profissionais e avanço nos serviços de saúde. Ceder uma parte de quem você foi e da história que você traçou configura um verdadeiro presente para as vidas que ficam.

# REAJUSTE NÃO É FAVOR, É DIREITO: CATEGORIA DOCENTE SE MOBILIZA NA LUTA PELA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL EM 2024

PREVISÕES APRESENTADAS PELO GOVERNO, ATÉ O MOMENTO, DESANIMAM OS PROFESSORES

Guilherme de Andrade

Os docentes federais têm sofrido uma série de desvalorizações em seus salários nos últimos seis anos, seja pela crescente inflação ou pela ausência de reajustes anuais. Apesar do aumento de caráter emergencial de 9% (que veio acompanhado de ajuste de 43,6% no vale-alimentação) concedido em 2023, a desvalorização acumulada durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, segundo levantamento feito pela Proifes-Federação, já alcança a marca dos 35%.

Ignorando as demandas da categoria, a previsão de orçamento disponível para reajuste em 2024 apresentada, até o momento, pelo governo federal foi de cerca de R\$1,5 bilhão. O índice não é suficiente para garantir nem mesmo 1% a todos os servidores públicos federais.

Em entrevista ao *Jornal do Professor*, o diretor de Relações Internacionais da Proifes-Federação, professor Eduardo Rolim, falou um pouco sobre os reajustes concedidos à categoria nos últimos anos. De março de 2015 até 2023 foram três aumentos: 5,5% em agosto de 2016, 5% em janeiro de 2017, e o último de 9% em maio de 2023. Apesar dos reajustes dos últimos anos, Rolim afir-

ma que “nós vamos chegar em janeiro de 2024 com uma perda de 35,25%”.

Considerando a série de desvalorizações acumuladas durante os últimos dois governos, a postura adotada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem sido considerada um pouco mais positiva pelos servidores. Houve a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (que estavam suspensas desde 2016), o que garante novo fôlego à luta sindical.

Eduardo Rolim sintetiza: “o fato de já ter tido a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente pode ser considerado uma reversão de expectativa”. Complementando o raciocínio do diretor da Proifes, o presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva, afirma que os dois últimos governos praticamente desconheciam os servidores. “Não fomos nem mesmo recebidos e não tivemos qualquer proposta de negociação de recomposição”, destaca.

A diretora de Relações Interinstitucionais da entidade sindical, professora Geovana Reis, reforça a importância da abertura do diálogo que a atual gestão tem demonstrado. No entanto, a docente vê com preo-

cupação as articulações presentes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com relação à campanha salarial de 2024. Para ela, o foco da gestão e da categoria deve estar em garantir uma injeção de verba no orçamento público destinado aos reajustes. “Se nós não colocarmos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 os recursos necessários para que o aumento seja concedido, teremos graves dificuldade na campanha salarial”, acredita.

A preocupação da docente também é compartilhada por Geci Silva. “Nós não podemos ser penalizados mais uma vez porque o governo não conseguiu aumentar a arrecadação”, avalia. Vale lembrar que, segundo dados do próprio Poder Executivo, quaisquer reajustes devem contemplar mais de 1,1 milhão de pessoas, das quais 520 mil são servidores ativos, 13,6 mil são empregados públicos, além dos 450 mil aposentados e 167 mil pensionistas. A título de comparação, o ajuste de 9% de 2023 teve custo de R\$ 9,62 bilhões para o orçamento deste ano, enquanto de 2024 em diante esse valor sobe para a cifra de R\$13,82 bilhões anuais.



Foto: Arquivo/Adufg-Sindicato

Mobilizações e protestos públicos em prol da recomposição salarial dos docentes federais continuam acontecendo desde 2016.





Foto: Arquivo/Adufg-Sindicato

*A pressão que servidores públicos conseguem realizar no conjunto da sociedade, incluindo os poderes Executivo e Legislativo, é fundamental para garantir orçamento para recomposição em 2024.*

Neste sentido, a previsão de orçamento disponível para reajuste de 2024 apresentada pelo governo até então (de R\$ 1,5 bilhão) se mostra longe de alcançar a defasagem acumulada de mais de 35% dos últimos seis anos de correção inflacionária e de ausência de aumentos.

### Mobilização

Tanto Eduardo Rolim, quanto Geovana Reis e Geci Silva colocam as negociações que acontecerão nas mesas permanente e setoriais como o próximo passo para a campanha salarial de 2024. A possibilidade de greve não foi descartada pelos representantes do movimento sindical, porém, todos apontam a fase de negociação e reivindicações públicas como o foco imediato.

Simultaneamente às negociações oficiais, os sindicalistas apostam na pressão pública pela recomposição salarial como uma das estratégias para buscar um alargamento no orçamento disponível. “Fazer pressão no Executivo para que as coisas aconteçam”, resume Eduardo Rolim. Manifestações em frente aos ministérios e ao Congresso, mobilização virtual para difundir a pauta, caravanas em Brasília, e reuniões e encontros com sindicatos locais são algumas das ferramentas que a categoria dispõe para forçar a classe política. “A mobilização é constante”, garante Rolim.

O secretário da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), e representante do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

(Fonasefe), Sérgio Ronaldo da Silva, também conversou com o Jornal do(a) Professor(a). Na entrevista, ele reforçou a posição dos colegas e apontou as negociações em curso na Mesa Permanente e nas setoriais como o foco para a campanha salarial de 2024, mas sem descartar a importância da mobilização pública da categoria como um todo.

“Vai ser preciso atuar nos dois cenários: na questão do processo de negociação e também na pressão junto ao parlamento”, explicou o sindicalista. Na sequência, ele afirma que “nós estamos apostando muito no diálogo, na negociação” para alcançar algumas das reivindicações dos docentes federais, como a recomposição salarial e dos benefícios, realização de concursos, além da reestruturação de carreira.

### Legislativo

Ponto comum entre todas as entrevistas realizadas pelo Jornal do(a) Professor(a) é a importância da relação que se estabelece entre Executivo e Legislativo para garantir reajuste em 2024 que seja suficiente para recompor as perdas acumuladas. Por mais bem intencionado que o Governo Federal se mostre com a abertura para diálogo, existe a limitação imposta pelo orçamento, e essa condição depende de aprovações tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

“A mesa está travada e o governo tem dificuldade no Legislativo”, analisa o presidente do Adufg-Sindicato. Segundo ele, as negociações oficiais não caminham por limi-

tações no orçamento, e, para que haja avanço, são necessárias aprovações no Legislativo. “Foi aprovado um arcabouço fiscal que teve poucos avanços em relação ao teto dos gastos, mas o governo continua com a camisa de força”, sintetizou.

Segundo o raciocínio de Geci, a professora Geovana Reis afirma que o Executivo se esforça para “construir e alterar essa correlação de forças” com o Congresso Nacional e com o Senado. “Mesmo que eles [Executivo] tenham interesse em encaminhar pautas mais avançadas, elas tendem a não caminhar no Legislativo Federal”, sintetizou.

Eduardo Rolim, por sua vez, vê na atual composição do Congresso um entrave para aprovação de pautas que garantam aumento na receita do governo, já que o orçamento da União deve ser aprovado pelo Legislativo. “O problema maior é um congresso com uma tendência econômica muito ultra liberal”, afirmou o docente, que na sequência exemplificou: “o governo está encontrando muita dificuldade, porque não consegue aprovar a taxa de insumos offshore, não consegue aprovar reforma tributária, entre outras pautas”.

Ciente das limitações do atual governo, das tendências políticas do Congresso, e da situação de desvalorização que os docentes vêm sofrendo nos últimos anos, professor Geci conclui: “O sindicato vai continuar tentando negociar com o Governo Federal, sabendo das dificuldades”.

# ADUFG-SINDICATO CELEBRA 45 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

DE ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES A SINDICATO INDEPENDENTE: CONHEÇA PARTE DESSA TRAJETÓRIA DE MAIS DE QUATRO DÉCADAS DE ATUAÇÃO EM DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE

Guilherme de Andrade / Rafael Vaz

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) comemora, em 21 de dezembro, 45 anos de história. Desde 1978, a entidade tem feito história na defesa dos direitos da categoria docente e no movimento sindical nacional. “Trata-se de um sindicato cada vez mais forte e atuante em todos os sentidos”, avalia o atual presidente da entidade, professor Geci Silva.

O Adufg nasceu como associação, em uma sala da Faculdade de Medicina da UFG, se mudou para a Faculdade de Educação, e agora atua como sindicato independente, com sedes em quatro municípios. Ainda enquanto associação, esteve vinculado por décadas ao Andes (sindicato nacional. Em 2004, o Adufg se tornou independente e se filiou à recém-criada Proifes-Federação, com o objetivo de ter mais força em suas lutas.

Depois de mais de quatro décadas, o sindicato segue mobilizando a categoria em prol dos direitos do professor e do servidor público. O Jornal do(a) Professor(a) conversou com alguns ex-presidentes da entidade para contar parte dessa história aos leitores. “O Adufg nasceu para lutar pela universidade”, relata o professor Mar-

co Antônio Sperb Leite, que presidiu a entidade entre 1981 e 1983.

O docente lembra, ainda, das origens da então associação: “Percebemos que a universidade estava sofrendo muito com a perseguição, de várias maneiras, e uma delas era a questão salarial”. O ex-presidente do Adufg traça um histórico que liga o contexto das perseguições políticas da ditadura militar no Brasil com o surgimento da associação de docentes.

“Nós tínhamos uma causa pela frente, que era lutar pela universidade, não era só uma questão de salário para os professores. Nós queríamos uma universidade pública e de qualidade”, sintetizou o espírito de luta no qual nasceu o Adufg.

Presidente do Adufg-Sindicato de 1989 a 1983, Maria Ieda Burjack lembra de outros desafios iniciais em discussão. A questão orçamentária era um deles. Segundo ela, a aprovação da arrecadação de 1% do salário dos sindicalizados foi fundamental para a manutenção da luta sindical. “Foi a partir daí que a entidade começou a ter mais condições de atuar e de prover as necessidades administrativas e de lutas que se impunham naquele momento”, explica.

## Avanços

Por sua vez, o 11º presidente eleito do Adufg, João de Deus, trouxe as disputas acirradas entre base e oposição durante as assembleias, os desacordos entre o sindicato nacional (Andes) e a categoria, e a greve de mais de 100 dias como os pontos marcantes de sua gestão.

O professor, falando sobre as disputas que surgiram durante a mobilização da greve de 2002, relembra: “Toda reunião tinha uma tentativa de golpe através do comando de greve”. Nesse ponto, as desavenças políticas internas se acirraram, o que levou à separação do Andes e a posterior filiação à Proifes-Federação.

Nesse sentido, o professor e duas vezes presidente do sindicato, Flávio Silva, reforçou as impressões de João de Deus quanto aos desacordos entre base e oposição, além dos atritos com o então sindicato nacional ao qual o Adufg era vinculado. “O que marca mesmo nesse período que fiquei como presidente foi o trabalho para que a gente pudesse ter um sindicato autônomo, independente, com o registro sindical”, sintetizou.

Flávio se orgulha de vários ganhos que o sindicato teve em suas gestões. A expansão física, incluindo cidades do interior do



Foto: Arquivo/Adufg-Sindicato

*O Adufg esteve envolvido diretamente em diversos movimentos políticos de escala nacional ao longo das décadas.*

estado, a mobilização política nacional, e o registro sindical que garantiu independência ao Adufg são algumas das conquistas de seus mandatos.

### Próximos passos

Filiado desde 1992, o atual presidente da entidade, professor Geci Silva, testemunhou de forma ativa a expansão do sindicato, o processo de conquista do registro sindical, o rompimento com o Andes e a posterior criação da Proifes-Federação, além da luta cotidiana em defesa da carreira dos docentes. Com toda essa bagagem, o professor aponta o maior desafio da categoria: a mobilização dos pares. “Se a gente não tiver mobilização, obviamente que essa carreira que construímos com muita dificuldade desde a década de 80, corre grande risco. No entanto, o Adufg-Sindicato seguirá na linha de frente de defesa dos direitos da categoria”, garante.

### Patrimônio físico

Além da atuação política e sindical, o Adufg-Sindicato também construiu um patrimônio material e imaterial importantíssimo para qualquer entidade sindical. Inaugurada em 2022, a sede administrativa, em Goiânia, é considerada uma das mais modernas e completas do País, o que possibilita o fortalecimento da luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

São mais de 3,5 mil metros quadrados de área construída, contando com auditório com capacidade para 180 pessoas, sala de leitura e multiuso, espaço para eventos, foyer,

departamentos amplos e melhor atendimento dos filiados e seus dependentes, jardim, redário e muito mais. O local conta com diversas ações de saúde, integração e formação – todas com o objetivo de garantir mais bem-estar e qualidade de vida aos professores filiados.

A entidade também possui sede própria em Jataí. O prédio conta com 582 m<sup>2</sup> de área construída e oferece serviços administrativos, atendimento jurídico, além de espaço para eventos e ações culturais. As instalações contam, ainda, com 310 m<sup>2</sup> de calçamento, 520 m<sup>2</sup> de muro e 140 m<sup>2</sup> de jardim. O prédio foi construído em um lote de mil metros quadrados doado pela Prefeitura Municipal de Jataí.

O Adufg-Sindicato possui, ainda, outras duas sedes: em Catalão, onde representa os docentes da UFCat, e na Cidade de Goiás, onde atende as demandas dos professores que atuam na UFG – Campus Goiás. O fato de contar com sedes em outras cidades, além de Goiânia, faz com que o sindicato atenda as demandas da categoria de acordo com as especificidades de cada local.

Outra parte importante do patrimônio físico da entidade é a Sede Campes- tre. Localizado ao pé do Morro Feio, em Hidrolândia, o espaço conta com piscinas, parque infantil, lagoa, pomar, horta, quadra de areia, redário, campo de futebol, chalés e quiosques. Há, ainda, um rancho principal com cozinha industrial equipada com geladeira, freezer, fogão, bebedouro e micro-ondas. Os sindicalizados têm direito a

levar seus dependentes e convidados para o local.

Em 2023, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou o Plano de Manejo da Reserva Particular da Sede Campes- tre. A portaria foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE). Trata-se da primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural a conseguir a aprovação do documento em Goiás.

A aprovação foi importante no sentido de fortalecer a proteção dos recursos naturais e hídricos, bem como o desenvolvimento de pesquisas científicas. O Plano de Manejo consiste em um documento de zoneamento que define as diretrizes de uso da unidade de conservação ambiental.

O Plano de Manejo da Sede Campes- tre do Adufg-Sindicato foi elaborado com o apoio de um grupo de professores e estudantes da UFG. Diversos estudos específicos foram realizados no território, localizado em Hidrolândia. No local, os pesquisadores encontraram uma biodiversidade muito rica, que inclui 76 espécies arbóreas, 18 de mamíferos, 131 de aves, 16 de anfíbios, além de duas espécies de serpentes.

A transformação da área ocupada pela Sede Campes- tre RPPN foi aprovada em assembleia realizada em junho de 2017. A conversão impede o desmatamento da natureza no presente e no futuro. Desde então, a medida tem feito com que a área seja ainda mais valiosa em termos de patrimônio ambiental, histórico e cultural.



Com o passar do tempo, o sindicato começa a crescer, e a qualidade de vida dos docentes passa a ser uma de suas preocupações.

# MEC PROPÕE VOLTA DA CARGA HORÁRIA DE 2,4 MIL HORAS PARA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA DO NOVO ENSINO MÉDIO

MODELO ATUAL RETIRA TEMPO DE FORMAÇÃO BÁSICA EM FAVORECIMENTO AOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Guilherme de Andrade

O Novo Ensino Médio e suas posteriores propostas de reforma geram disputa no meio político, na classe dos trabalhadores da educação e no meio estudantil. Interesses econômicos, a formação cidadã e profissional dos alunos, além da formação dos próprios professores são alguns dos pontos em jogo.

Em setembro deste ano, o Ministério da Educação (MEC) propôs, entre outros pontos, o retorno da obrigatoriedade das 2,4 mil horas dedicadas à formação geral básica dos estudantes do ensino médio. O modelo atual adota 1,7 mil horas.

O Governo Federal sugeriu ainda limitações ao ensino a distância para matérias do ciclo básico, a obrigatoriedade de professores com formação em licenciatura e o retorno de algumas disciplinas que haviam sido retiradas da formação básica.

A reforma proposta altera os rumos do Novo Ensino Médio, e por isso sua aprovação é tida como incerta, ao menos da forma como foi originalmente proposta.

## O Novo Ensino Médio

Desde 2017, o Novo Ensino Médio tem gerado críticas, principalmente por ter sido aprovado sem realização de consultas públicas.

O professor Jhonny Echalar, da Faculdade de Educação (FE) da UFG, compartilha parte dessas críticas: “Algumas matérias sofreram um esvaziamento do conhecimento científico curricular”, “É uma falsa ideia de autonomia”, “Nós não temos estrutura nas escolas para desenvolvimento desses projetos”, entre outras.

A professora Miriam Fábila Alves complementa Echalar: “A redução de carga horária é maléfica para os estudantes de escola pública”, afirmou. Na sequência, a também docente da FE aponta consequências das desigualdades estruturais entre escolas da rede pública e da privada: “A escolha, que era a famosa



Foto: Nilma Ayumi

*O Novo Ensino Médio, segundo apontam especialistas, aumentou as desigualdades entre as redes pública e privada de ensino.*

propaganda no Novo Ensino Médio, ela é uma escolha muito ficcional”.

A perda de espaço das disciplinas da formação geral básica e a logística de implementação dos itinerários formativos (parte mais flexível do currículo) são algumas das críticas mais recorrentes, para além do aumento na desigualdade entre rede pública e privada.

No intuito de melhor entender esses questionamentos, o MEC paralisou o calendário de implementação do Novo Ensino Médio em abril de 2023. Consultas públicas às entidades da classe foram realizadas antes da proposta de alteração.

A Anped (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) produziu um relatório das audiências regionais

realizadas com professores, gestores e membros do movimento estudantil. No documento, foram destacados alguns pontos como: aumento da desigualdade entre rede pública e privada, abertura para atuação do setor privado para efetivação de serviços públicos, e o esvaziamento curricular causado pelo fim da obrigatoriedade de algumas disciplinas.

Na conclusão do documento, a associação “fortemente recomenda a revogação da política do Novo Ensino Médio” e conclui dizendo que: “a continuidade destas mudanças nos currículos da etapa do Ensino Médio prejudicará o acesso, a permanência e a formação, essencialmente, dos jovens das escolas públicas estaduais que são os mais vulneráveis socialmente”.

## A reforma

“O retorno das 2,4 mil horas da formação geral básica é a garantia de que aquele esvaziamento curricular, ele é, em certa medida, corrigido em questão de carga horária”, explica Echalar.

Os professores enxergam nas propostas do governo uma tentativa de atender às demandas das classes diretamente envolvidas, após realização de consulta pública, mas também satisfazer interesses do mercado privado, mantendo certos pontos do texto original, como possibilidades de parceria com o setor privado para oferta das disciplinas dos itinerários formativos.

A conciliação de interesses visa garantir aprovação de pontos tidos como essenciais pelo atual governo.

Echalar reforça a importância da fase de apreciação das propostas no Legislativo e da mobilização da classe dos trabalhadores em educação. “É um cabo de guerra com quem tem dinheiro e com quem está diretamente envolvido com o mercado de trabalho”, sintetizou.



Foto: Nilma Ayumi

*As escolas públicas do país não teriam estrutura ou material adequados para atender todas as disciplinas propostas para os itinerários formativos.*

# A PERDA: UMA SINGELA HOMENAGEM AO PROFESSOR HÉLIO FURTADO

A perda, substantivo feminino e palavra simples, que é utilizada em vários contextos, dentre os quais se destaca a sua utilização quando alguém falece, teve sua utilização feita por nós em larga escala, infelizmente, ainda no mês de setembro, quando nos deparamos com a morte do professor Hélio Furtado do Amaral.

Assim que me chegou a notícia, ainda no final de semana, tive aquela indesejada sensação de nó na garganta e me coloquei reflexivo sobre a vida. Nesse momento, não tive como não me recordar do primeiro contato que tive com o Prof. Hélio, logo que entrei para assessoria jurídica do sindicato, cerca de uma década atrás, no meu primeiro dia, estava ele sentado em uma das três cadeiras que ficava após entrar pela porta de vidro da recepção, quando a

sede do sindicato ainda era no imóvel que possuía características de residência.

O professor, chegava cedo e sempre estava no Sindicato no horário matutino, e naquele primeiro dia me disse que queria falar comigo e já tinha agendado, sendo ele meu primeiro atendimento, ocasião em que me fez dezenas de perguntas e eu, só tempos depois, fui entender que ele queria ter certeza de que a categoria poderia falar com alguém que minimamente compreendesse a dinâmica das atividades, regulamentação da Universidade e das Leis que regem os servidores e servidoras públicas, em especial do Magistério Superior.

Com os dias de convivência, por mais que soubesse que não era da Faculdade de Direito, tinha uma sensação de que se tratar de alguém que gostava

va muito de questões jurídicas e que realmente acompanhava os debates ocorridos nos Tribunais Superiores, em especial do Supremo Tribunal Federal, pois narrava desde o conteúdo de alguns julgamentos paradigmáticos, até como determinado Ministro ou Ministra se posicionava em algumas temáticas. Fui descobrir depois, que o Professor que tinha sido assessor político do Reitor Joel Pimentel Ulhôa e que frequentou por mais de uma década os julgamentos no Supremo Tribunal Federal. Com os meses de convivência, o professor passou a ser um interlocutor habitual, alguém que sempre conversava sobre teses e situações, pois nele sempre obtinha um compêndio rápido de informações, todas muito bem referenciadas do ponto de vista histórico e



Elias Menta, advogado, assessor jurídico do Adufg-Sindicato.

jurídico, me ajudando bastante na tomada de decisões. Com os anos, considero que nos tornamos amigos, sempre conversávamos sobre questões funcionais e da vida, sendo agraciado pela sua companhia e os recortes que fazia de temas importantes em jornais impressos e me trazia para debatermos.

Além disso, o Prof. Hélio era uma biblioteca que mantinha a lembrança da vivência e das histórias de centenas de assembleias, reuniões, manifestações, greves e da movimentação da entidade, desde a fundação do ADUFG, que foi o primeiro Presidente, até àquelas que passei a frequentar e acompanhar enquanto assessor.

Para mim, que por mais que esteja acostumado a lidar com vitórias e perdas no ofício diário, sem dúvidas, algumas perdas marcam muito, sendo a partida do Prof. Hélio uma delas, pois até o momento da escrita desse texto, vez ou outra no estudo de algum caso ou tese, me pego a pensar no Prof. Hélio e em como a sua bagagem poderia nos ajudar, razão pela qual aproveito esse singelo escrito para, ainda que de forma póstuma, prestar minhas homenagens, com a tranquilidade e serenidade de quem disse a ele em vida o que está escrito nesse texto.



## INFORME JURÍDICO

### A PEDIDO DO ADUFG-SINDICATO, JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇAS INDEVIDAS SOBRE PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

A Justiça determinou que as universidades federais localizadas em Goiás não façam qualquer cobrança em razão da alteração unilateral na aplicação da decisão que determinou as correções nas progressões e promoções. A decisão foi

proferida pela 3ª Vara Federal Cível de Goiás e atende a pedido do Adufg-Sindicato, que, em 2016, ingressou com ação coletiva com o objetivo de corrigir a aplicação da UFG, que estava em descompasso com a legislação.

Com vitória em primeira e segunda instâncias, não houve recurso aos tribunais superiores, o que garantiu o cumprimento da decisão de forma imediata. No entanto, a UFG, a UFJ e a UFCat passaram a revogar de forma unilateral. A medida fez com que professores passassem a ter que devolver valores para as três instituições de ensino.

Em razão do comportamento ilegal, o Adufg-Sindicato ingressou com outra ação coletiva para que a cobrança fosse proibida. Como a liminar foi deferida em 24 de novembro, a suspensão da cobrança deve valer a partir do contracheque do mês de dezembro.

Para o advogado Igor Escher, da assessoria jurídica do Adufg, a decisão é sinônimo de um reflexo natural da Justiça frente à ilegalidade da prática cometida pelas três universidades. “A conduta das instituições eram temerárias e afrontavam não só os docentes,

como o próprio Poder Judiciário, uma vez que não existe qualquer decisão para legitimar a revisão das correções já realizadas”, afirma.

O advogado Elias Menta, também assessor jurídico do sindicato, explica que a liminar garante sensação de justiça aos professores que depositaram nas universidades a confiança para o tratamento de suas questões. “Entendimentos administrativos não podem ser revisados dessa forma. É preciso garantir que a segurança jurídica das decisões, principalmente em processo que já foram até mesmo homologados”.

## ADUFG-SINDICATO SEDIA DISCUSSÕES DAS JORNADAS PELA PREVALÊNCIA DAS IDEIAS DEMOCRÁTICAS E PROGRESSISTAS

O Adufg-Sindicato recebeu, ao longo dos meses de outubro e novembro, a programação das Jornadas pela Prevalência das Ideias Democráticas e Progressistas. Foram palestras, debates e mesas-redondas que objetivavam compreender e combater os avanços políticos da extrema-direita num âmbito global, e também criar mecanismos para defesa da democracia.

Reitores de universidades (públicas e privadas) e de institutos federais, professores especialistas, figuras políticas e representan-

tes do movimento estudantil e sindical se reuniram para pensar a articulação prática e teórica do campo progressista. O principal objetivo do encontro era criar formas de combater o uso político da desinformação, a propagação dos discursos de ódio e a violência contra minorias sociais, todas táticas comuns da extrema-direita e de seus representantes.

O evento foi organizado pela UFG, UFJ, UFCat, IF Goiano, IF Goiás, PUC Goiás, Adufg-Sindicato e pelo Sintego, e já possui previsão de uma segunda edição.



Foto: Nilma Ayumi / Adufg-Sindicato

## OUTUBRO ROSA: SINDICATO REALIZA PROGRAMAÇÃO PARA CONSCIENTIZAÇÃO DOS RISCOS DO CÂNCER DE MAMA

O Adufg-Sindicato reafirmou seu compromisso com o combate ao câncer de mama. Ao longo do mês de outubro, as sedes de Goiânia, Jataí e Catalão receberam programação especial a fim de reforçar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Foram palestras, aulas, ações específicas, exposições e mesas-redondas dedicadas à saúde da mulher.

O sindicato reuniu

professores e especialistas no assunto a fim de conversar sobre possíveis tratamentos, exames preventivos, combate ao preconceito e conscientização sobre a luta cotidiana de quem vive com a doença. Vale lembrar que, segundo a OMS, o câncer de mama é uma das maiores causas da mortalidade feminina no mundo, ou seja, o cuidado frequente é de extrema importância para a saúde da mulher.



Foto: Nilma Ayumi / Adufg-Sindicato

## 17º ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES APOSENTADOS É MARCADO PELA DEFESA DA PEC 555

O Adufg-Sindicato e a Proifes-Federação acompanharam o 17º Encontro Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, em Brasília. O encontro reuniu parlamentares e servidores de todo o país a fim de dar andamento às discussões relevantes aos aposentados, a principal delas sendo a aprovação do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 555. O texto tem como objetivo dar fim às cobranças ligadas à previdência social daqueles que já se aposentaram.

Entre as mais de 50

entidades reunidas no encontro, todas reafirmaram a importância da aprovação do texto. O vice-presidente da Proifes, professor Wellington Duarte, reforçou a urgência da pauta: “É uma demanda justa e necessária para garantir dignidade e estabilidade para quem tanto já contribuiu com a sociedade”, concluiu.

Hoje, já com a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a PEC se encontra pronta para entrar em votação no Congresso Nacional.



Foto: Adufg-Sindicato

# ESPAÇO SAÚDE OFERECE ATENDIMENTOS VOLTADOS À SAÚDE DOS FILIADOS E DEPENDENTES

ENTIDADE SE PREOCUPA COM O BEM-ESTAR E COM OS MOMENTOS DE LAZER DE SEUS FILIADOS

Guilherme de Andrade

O Adufg-Sindicato se preocupa com a qualidade de vida e o bem-estar de seus sindicalizados e dependentes. Pensando nisso, docentes de todas as idades encontram atividades para saúde e lazer nas sedes de Goiânia e Jataí. Seja num atendimento especializado ou numa atividade física, os benefícios são muitos: ganho de mobilidade, aumento de força e flexibilidade e até relaxamento. Sindicalizados e seus dependentes têm acesso às modalidades.

Em Goiânia, o Espaço Saúde oferece regularmente aulas de Yoga, Pilates, RPG (Reeducação Postural Global) e Ritmos, além de atendimentos com nutricionista, massagem relaxante, drenagem linfática, e fisioterapia uroginecológica e em gerontologia. Instrutores capacitados garantem desafios e ganhos para todas as idades e todos corpos.

Em Jataí, também existe um Espaço Saúde atendendo os sindicalizados Adufg. Na cidade, o sindicato oferece aulas de Zumba e de Pilates, além de oficinas de Macramê, técnica de tecelagem que usa apenas as mãos e barbantes para criar peças.

Os atendimentos, em ambas as sedes, acontecem sempre em dias de semana e em horário comercial. Para maiores informações sobre as modalidades oferecidas em Goiânia, é só entrar em contato pelo número (62) 3202-1280 ou pelo Whatsapp (62) 99998-1608. Mais detalhes sobre os atendimentos em Jataí pelo número 64 3631 8363 ou via Whatsapp 64 999523884.



Foto: Nilma Ayumi / Adufg-Sindicato

O Adufg se preocupa com o bem-estar e a qualidade de vida de seus sindicalizados.



Foto: Nilma Ayumi / Adufg-Sindicato

## AGENDA

Exposição de dezembro



O Adufg-Sindicato recebe, no foyer da sede de Goiânia, a exposição 'Universo Natalino em Cores'. Do dia 1º até o dia 21 de dezembro, as obras que abordam a temática do feriado religioso estarão à mostra de forma gratuita, na 9ª avenida, nº 193, no setor Leste Vila Nova. Os artistas responsáveis pela exposição são Erika Silveira, Salvador de Carvalho e José Carlos Batista Nogueira. A vernissage da mostra acontece no dia 13 de dezembro.

Solenidade



Acontece no dia 15 de dezembro, data em que nasceu o Adufg, solenidade para celebrar os 45 anos de história da entidade. O evento possui formato híbrido: haverá transmissão ao vivo da programação, que vai ocorrer no auditório da sede de Goiânia do sindicato. Vale lembrar que o evento presencial é reservado para ex-diretores. Acompanhe a solenidade, a partir das 19h, pelo canal Youtube do Adufg-Sindicato.

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ADVOGADOS NO INTERIOR DO BRASIL: PROFESSORA MARGARETH ARBUÉS COMPARTILHA SUA TRAJETÓRIA

PERCURSOS ENTRE A LICENCIATURA E O DIREITO  
MARCAM OS CAMINHOS DA DOCENTE

Guilherme de Andrade

Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato

Margareth Pereira Arbués nasceu em Araguacema, município às margens do Rio Araguaia, no interior do Tocantins (na época, ainda Goiás), próximo da fronteira com o Pará. “As águas mais lindas do Araguaia que você vai ver”, compartilha orgulhosa.

A alfabetização aconteceu num município vizinho, Dois Irmãos do Tocantins. O trânsito nas estradas do interior do país em busca de uma boa educação começou cedo, e assim continua até os dias de hoje.

Atualmente, Margareth é professora em Direitos Humanos, Diretora do Campus UFG da cidade de Goiás, além de advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ao longo de sua carreira, já ensinou Direito, História e Educação, advogou em causas sociais por mais de dez anos, participou da gestão pública da Educação, além, claro, de ter concluído sua própria formação acadêmica.

Quando questionada sobre o que mais marcou sua trajetória, a professora não hesita: “Esse tempo que me dediquei às licenciaturas é um tempo que guardo com muito carinho e muito afeto”. O “tempo” ao qual a professora se refere, são as mais de quatro décadas dedicadas à formação de professores no interior do Brasil.

Aos 25 anos, Margareth, formada em História e já em cargo de gestão em Goiânia, recebeu convite para trabalhar com formação de professores em uma faculdade de Gurupi. Aceitou a proposta, e desde então atua como professora nas licenciaturas. “Nós tínhamos um quadro anterior aos governos progressistas em que as escolas do ensino básico eram ocupadas por professores que a maioria não tinha formação (voltada para educação)”, a preocupação com a pedagogia e licenciatura para os professores do ensino básico ilustram grande parte de sua jornada.



*Os professores, que vinham de todos os cantos do estado, às vezes faziam uso de suas férias do trabalho para aperfeiçoar sua formação.*

Ao longo dessas décadas, lecionou em Gurupi (atual interior do Tocantins), Jussara, Anicuns, Uruaçu, Cidade de Goiás e Itu (interior de São Paulo). Lembrando do compromisso dos estudantes, a docente fala dos veículos cheios de professores que vinham de outros municípios para aprimorar sua formação. “Tinham vezes de

você contar 16 ou 17 ônibus que vinham de municípios de até 200 km de distância”, reforçou.

## Formação dupla

Durante sua adolescência, Margareth havia se mudado para Goiânia. Se alfabetizou ainda no interior, e, já na capital, concluiu sua formação básica e

média nos colégios Carlos Chagas e Lyceu. Sua licenciatura em História aconteceu na Universidade Católica de Goiás, o mestrado, também em História, foi feito na Universidade Federal de Goiás (UFG). Entre especializações na área da educação e a atuação profissional enquanto professora e gestora, dez anos depois, veio uma segunda graduação, desta vez em Direito.

Logo após se tornar advogada, as causas sociais foram seu foco de atuação. Margareth advogou por dez anos para mulheres vítimas de violência. “Um forte senso de justiça”, explicou a motivação para a transição parcial de carreira.

Hoje, a docente traz para as salas de aula dos futuros advogados os Direitos Humanos, teorias sobre gênero e suas interseccionalidades, a atuação dos movimentos sociais, entre outros temas do Direito Social. Margareth reforça seu compromisso com uma formação mais humanista e menos dogmática do estudante de Direito. A professora destaca a preocupação com a formação de um profissional com um senso de justiça que preza pela valorização de uma formação mais humanista.

## Gestão Pública

Décadas de experiência tanto em sala de aula quanto na gestão da educação chamaram a atenção no meio político. A professora foi convidada no final dos anos 90 para compor o quadro da Secretaria de Ciência e Tecnologia dos governos de Marconi Perillo.

Ao final da entrevista, a professora comenta o trabalho de quase 10 anos junto do governo estadual, que se desenvolveu de forma simultânea às salas de aula.

Margareth explica que, nesse período, trabalhou com a gerência do ensino superior do estado. A principal conquista da época em que esteve envolvida com a política: “o grande trabalho foi criar a UEG”, finalizou.